



O novo paradigma de Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública

Conteúdos Programáticos:

1. Regime jurídico da Gestão dos Recursos Humanos na Administração Pública: da aproximação ao Direito do Trabalho Privado, aos diplomas complementares ao regime da função pública – o novo regime de fontes de direito e a necessária articulação com a Lei do Orçamento de Estado
2. A terceira etapa do novo paradigma de Gestão de Recursos Humanos: a valorização das carreiras e dos trabalhadores
3. Da contratação à cessação do contrato: modalidades de contrato e procedimentos concursais e modalidades de cessação do contrato e seus regimes: das especificidades da AP
4. O atual modelo de gestão de recursos humanos e os instrumentos de gestão essenciais: mapas de pessoal, estrutura de carreiras e Sistema de Avaliação de Desempenho (SIADAP)
5. A estrutura de carreiras, o novo paradigma da progressão na carreira e a valorização do mérito e desempenho. O conteúdo funcional os limites à sua flexibilidade
6. Direitos e deveres da entidade empregadora pública e do trabalhador e consequências da sua violação - da instauração e tramitação do procedimento de responsabilidade disciplinar e das sanções aplicáveis
7. Modalidades de horário de trabalho e seus regimes: poderes da entidade empregadora pública e limites ao seu exercício (respeito pelos direitos consagrados relativamente a algumas categorias especiais de trabalhadores)
8. O novo regime dos tempos de não trabalho: faltas, férias e feriados
9. Os três estatutos especiais, direitos e deveres que os integram: estatuto da parentalidade, estatuto do trabalhador-estudante e estatuto do cuidador informal não principal
10. A remuneração enquanto elemento essencial do contrato: direitos e deveres das partes e aspetos com relevância para a determinação do valor da remuneração – operacionalização das normas de aceleração e valorização das carreiras
11. A avaliação de desempenho (SIADAP) enquanto elemento essencial para a determinação da remuneração, do desenvolvimento da carreira e sua valorização, da definição do plano individual de formação e da identificação do posto de trabalho mais adequado
12. O procedimento concursal (tramitação e regras essenciais) e o regime de mobilidade e cedência de interesse público (tramitação e efeitos jurídicos e remuneratórios)



13. Fases do processo de avaliação

- a. Planeamento
- b. Autoavaliação e avaliação
- c. Reunião do Conselho Coordenador de Avaliação
- d. Reunião de avaliação
- e. Controlo do cumprimento da contratualização dos parâmetros de avaliação
- f. Validações e reconhecimentos
- g. Apreciação pela comissão paritária e homologação das avaliações
- h. Mecanismos de defesa do avaliado

14. Porque falha a avaliação?

- a. Erros a evitar
- b. O que reforçar

15. A avaliação de desempenho e a definição das funções, o reconhecimento do mérito, a correção de estratégias e o desenvolvimento do plano de formação adequado

